

Número de lugares	Designação	Vencimento
Pessoal técnico superior		
8	Técnico superior principal	D
Pessoal técnico		
1	Técnico principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	F, H ou J
Pessoal técnico-profissional e administrativo		
1	Tradutor-correspondente-intérprete	J
4	Primeiro-oficial	J
5	Segundo-oficial	L
6	Terceiro-oficial	M
7	Técnico auxiliar principal	J
8	Técnico auxiliar de 2.ª classe	M
2	Técnico auxiliar (BAD) principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	J, L ou M
5	Escriturário-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	N, Q ou S
Pessoal auxiliar		
1	Motorista de ligeiros de 1.ª classe ou de 2.ª classe	O ou Q

(a) Um dos lugares a prover após a criação da respectiva repartição.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto do Governo n.º 22/87

de 25 de Junho

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga, assinado em Lisboa em 27 de Janeiro de 1987, cujos textos em português e em espanhol acompanham o presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Maio de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Eurico Silva Teixeira de Melo* — *Mário Ferreira Bastos Raposo* — *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda* — *Fernando Nunes Ferreira Real* — *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares* — *Luís Fernando Mira Amaral*.

Assinado em 4 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Junho de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga

Com o propósito de intensificar e fortalecer a sua cooperação, tal como está previsto no Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha, assinado em Madrid em 22 de Novembro de 1977;

Persuadidos de que a cooperação em matéria de luta contra a droga reforçará os tradicionais laços de amizade e boa vizinhança entre os dois Estados;

Convencidos da importância da cooperação bilateral na luta a empreender contra o abuso e o tráfico de drogas:

O Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha decidiram concluir o presente Acordo:

Artigo 1.º No presente Acordo, a expressão «Partes contratantes» designa a República Portuguesa e o Reino de Espanha.

Art. 2.º A cooperação em matéria de luta contra a droga efectivar-se-á mediante o estabelecimento de um intercâmbio permanente de informações e documentação relativas aos seguintes domínios:

A) Em matéria de prevenção:

- Intercâmbio de projectos para o desenvolvimento de programas experimentais;
- Prioridades a incluir nos programas a desenvolver no domínio da prevenção em cada um dos países;
- Programas gerais de promoção de saúde e educação para o bem-estar, especialmente no que se refere aos jovens;

B) Em matéria sócio-sanitária:

- Papel dos diversos serviços terapêuticos na actividade assistencial e necessidades que os mesmos implicam (por exemplo, serviços de desintoxicação, centros ambulatórios, centros de dia, comunidades terapêuticas);
- Tipologia de centros e serviços assistenciais;
- Estudo e avaliação de programas experimentais para uma abordagem integrada da assistência a toxicómanos;
- Programas experimentais de desabilitação;

C) Em matéria de reinserção social, nomeadamente a nível de projectos de mobilização da comunidade, visando o apoio à reinserção social dos toxicómanos;

D) Em matéria legislativa, incluindo os estudos de projectos de preparação de leis e outros instrumentos normativos;

E) Em matéria de luta contra o tráfico ilícito de drogas:

Intercâmbio de informação e documentação de carácter policial, através dos serviços e autoridades competentes de ambos os países, conforme as directrizes da Comissão a que se refere o artigo 6.º

Art. 3.º As Partes contratantes estabelecerão legalmente um sistema de registo e notificação que permita o conhecimento de dados relativos ao consumo de heroína, cocaína e haxixe.

Art. 4.º — 1 — As Partes contratantes procederão ao intercâmbio de informações sobre a luta contra o tráfico de drogas, através dos serviços e autoridades competentes.

2 — São serviços e autoridades competentes para os fins do número anterior:

- a) Em Portugal, a Polícia Judiciária e o Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga;
- b) Em Espanha, a Brigada Central de Estupefacentes.

3 — As Partes contratantes estabelecerão mecanismos de colaboração em acções conjuntas, de natureza preventiva e repressiva do tráfico da droga, nomeadamente através do controle de aeroportos, fronteiras e portos e do trânsito de estrangeiros.

Art. 5.º — 1 — As autoridades competentes das Partes contratantes poderão negociar e concluir acordos administrativos e normas de desenvolvimento necessários para a aplicação do presente Acordo.

2 — Os acordos e normas referidos no número anterior poderão abranger a formação recíproca de técnicos investigadores, incluindo a realização de estágios, bem como o desenvolvimento de estudos e projectos conjuntos no campo da prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicómanos.

Art. 6.º Para execução do presente Acordo é criada uma Comissão Luso-Espanhola, paritariamente integrada por membros designados pelas competentes autoridades de cada um dos países.

Farão sempre parte da Comissão, pela Parte Portuguesa, representantes dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Administração Interna, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros; pela Parte Espanhola, representantes dos Ministerios de Sanidad y Consumo, Justicia, Interior e Asuntos Exteriores.

Art. 7.º São as seguintes as funções da Comissão, além das que lhe forem cometidas pelas autoridades competentes:

- a) Servir de canal de comunicação entre as autoridades competentes de cada um dos países, no âmbito de aplicação do presente Acordo, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º;
- b) Propor às autoridades competentes as condições de cooperação na matéria a que se refere o artigo 3.º deste Acordo;
- c) Propor às autoridades competentes os acordos administrativos e as normas a que se refere o artigo 5.º do presente Acordo;
- d) Apresentar aos Governos das Partes contratantes um relatório anual sobre o estado da cooperação instituída pelo presente Acordo.

Art. 8.º — 1 — A Comissão poderá constituir internamente grupos de trabalho.

2 — Independentemente das reuniões desses grupos de trabalho, a Comissão reunirá anualmente, salvo em casos extraordinários que aconselhem uma maior frequência para análise dos trabalhos em curso, definição de orientações e avaliação dos resultados obtidos nos diversos campos de actuação.

Art. 9.º — 1 — O presente Acordo vigorará por cinco anos e manter-se-á em vigor por recondução tácita, por períodos renováveis de cinco anos, salvo denúncia por uma das Partes contratantes, por escrito e

pela via diplomática, com um ano de antecedência relativamente à data da sua expiração.

2 — O presente Acordo entrará em vigor 60 dias após a troca de notas pela qual as Partes contratantes se derem conhecimento recíproco de que foram cumpridos os requisitos necessários previstos na sua legislação interna.

Em testemunho do que os mandatários de ambas as Partes contratantes assinam o presente Acordo.

Feito em Lisboa, em 27 de Janeiro de 1987, em português e espanhol, fazendo os dois textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

Pelo Reino de Espanha, o Ministro da Saúde e Consumo, *Julián García Vargas*.

Francisco Fernández Ordóñez, Ministro de Asuntos Exteriores, en nombre de Su Majestad el Rey, q. D. g., al Ex.º Sr. D. Julián García Vargas, Ministro de Sanidad y Consumo:

Por cuanto se ha de proceder por parte del Gobierno Español a la firma *ad referendum* del Acuerdo Hispano-Portugues sobre Cooperación en materia de Lucha contra la Droga.

Por tanto, os confiero pleno poder para que en nombre del Gobierno Español firmeis *ad referendum* el Acuerdo referido.

Y para que así lo lleveis a feliz término, mando extender la presente Plenipotencia que firmo en Madrid, a 12 de enero de 1987.

Francisco Fernández Ordóñez.

Acuerdo Hispano-Portugues sobre Cooperación en materia de Lucha contra la Droga

Con el propósito de intensificar y fortalecer su cooperación, como está previsto en el Tratado de Amistad y Cooperación entre España y Portugal, firmado en Madrid el 22 de noviembre de 1977;

Persuadidos de que la cooperación en materia de lucha contra la droga reforzará los tradicionales lazos de amistad y buena vecindad entre los dos Estados;

Convencidos de la importancia de la cooperación bilateral en la lucha a acometer contra el abuso y el tráfico de drogas:

El Gobierno del Reino de España y el Gobierno de la República Portuguesa acordaron concluir el presente Acuerdo:

Artículo 1 — En el presente Acuerdo los términos «Partes contratantes» designan el Reino de España y la República Portuguesa.

Art. 2 — La cooperación en materia de lucha contra las drogas se llevará a efecto mediante el establecimiento de un intercambio permanente de informaciones y documentación que cubra los siguientes campos:

A) En materia de prevención:

- a) El intercambio de proyectos para el desarrollo de programas experimentales;
- b) Las prioridades a incorporar como programas a desarrollar en el campo de la prevención por ambos países;

- c) Los programas generales de promoción de la salud y educación para el bienestar, especialmente en lo relativo a los jóvenes;

B) En materia socio-sanitaria:

- a) Papel de los distintos servicios terapéuticos en la oferta asistencial y necesidades que los mismos conllevan, por ejemplo: servicios de desintoxicación, centros ambulatorios, centros de día, comunidades terapéuticas, etc.;
- b) Tipología de centros y servicios asistenciales;
- c) Estudio y evaluación de programas experimentales para un abordaje integrado de la atención a toxicómanos;
- d) Programas experimentales de deshabitación;

C) En materia de reinserción social, singularmente en lo que se refiere a proyectos de sensibilización de la comunidad, de cara a apoyar la reinserción social de los toxicómanos;

D) En materia legislativa, incluyendo los estudios de proyectos de leyes y de otros instrumentos normativos;

E) En materia de lucha contra el tráfico ilícito de drogas:

Intercambio de información y documentación en su vertiente policial, a través de los servicios y autoridades competentes de ambos países, bajo las directrices de la Comisión a que se refiere el artículo 6.

Art. 3 — Las Partes contratantes establecerán igualmente un sistema de registro y notificación que permita el conocimiento de las cifras de consumo de heroína, cocaína y hachís.

Art. 4 — 1 — Las Partes contratantes procederán al intercambio permanente de información sobre la lucha contra el tráfico de drogas, a través de los servicios y autoridades competentes.

2 — A los efectos del número anterior son servicios y autoridades competentes:

- a) En Portugal, la Policía Judicial y el Gabinete de Planeamiento y Coordinación de la Lucha contra la Droga;
- b) En España, la Brigada Central de Estupeficientes.

3 — Las Partes contratantes establecerán mecanismos de colaboración en acciones conjuntas, de naturaleza preventiva y represiva del tráfico de drogas, singularmente a través del control de aeropuertos, fronteras y puertos y del tránsito de extranjeros.

Art. 5 — 1 — Las autoridades competentes de las dos Partes contratantes podrán negociar y concluir los acuerdos administrativos y normas de desarrollo necesarios para la aplicación del presente Acuerdo.

2 — Los acuerdos y normas a que se refiere el número anterior podrán extenderse a la formación recíproca de técnicos investigadores, incluyendo la realiza-

ción de «stages», así como el desarrollo de estudios y proyectos conjuntos en el campo de la prevención, tratamiento y reinserción social de toxicómanos.

Art. 6 — Para la aplicación del presente Acuerdo se crea una Comisión Hispano-Portuguesa, integrada paritariamente por miembros designados por las autoridades competentes de los dos países.

Formarán parte de dicha Comisión, en todo caso, por Parte Española, representantes de los Ministerios de Sanidad y Consumo, Justicia, Interior y Asuntos Exteriores.

Por Parte Portuguesa, formarán parte de la Comisión representantes de los Ministerios de Justicia, de la Salud, de la Administración Interna, de Negocios Extranjeros y de Finanzas.

Art. 7 — La Comisión tendrá, además de las que le conceden las autoridades competentes, las siguientes funciones:

- a) Servir de canal de comunicación entre las autoridades competentes de ambos países en el ámbito de aplicación del presente Acuerdo, sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 4;
- b) Proponer a las autoridades competentes las condiciones de cooperación en la materia a que se refiere el artículo 3 de este Acuerdo;
- c) Proponer a las autoridades competentes los acuerdos administrativos y normas a que se refiere el artículo 5 de este Acuerdo;
- d) Presentar a los Gobiernos de las Partes contratantes una memoria anual sobre el estado de la cooperación establecida por medio del presente Acuerdo.

Art. 8 — 1 — La Comisión podrá constituir en su seno grupos de trabajo.

2 — Independientemente de las reuniones de los grupos, la Comisión se reunirá anualmente, salvo en casos extraordinarios que aconsejen una mayor frecuencia para el análisis de los trabajos en curso, definición de orientaciones y evaluación de los resultados obtenidos en los diversos campos de actuación.

Art. 9 — 1 — El presente Acuerdo tendrá cinco años de validez y se mantendrá en vigor, por tácita reconducción, por periodos renovables de cinco años, salvo denuncia de una de las Partes contratantes por escrito y por vía diplomática, con un año de antelación a la fecha de caducidad.

2 — El presente Acuerdo entrará en vigor 60 días después del canje de notas en que las Partes contratantes se den conocimiento recíproco de que se han cumplido los requisitos necesarios de la legislación interna.

En fe de lo cual los representantes de ambas Partes contratantes firman el presente Acuerdo.

Hecho en Lisboa el día 27 de enero de 1987, en dos ejemplares, en español y en portugués, haciendo ambos textos igualmente fe.

Por el Reino de España, el Ministro de Sanidad y Consumo, *Julián García Vargas*.

Por la República Portuguesa, el Ministro de Negocios Extranjeros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.